



NOTA PÚBLICA DE PESAR E COBRANÇA DE APURAÇÃO SOBRE A MEGAOPERAÇÃO POLICIAL NO RIO DE JANEIRO

O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Igualdade Racial, criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, e pela Resolução nº 7, de 27 de outubro de 2020, vem, por meio desta Nota, manifestar seu profundo pesar e indignação pelos eventos decorrentes da megaoperação policial deflagrada nos dias 28 e 29 de outubro de 2025, no município do Rio de Janeiro, que resultaram em inúmeras perdas de vidas e impactos devastadores sobre comunidades dos Complexos da Penha e do Alemão. Tais fatos repercutem com gravidade sobre o direito à vida, à dignidade humana, à segurança e à paz das comunidades atingidas, exigindo providências urgentes e transparência por parte das autoridades competentes.

Considerando:

- Que o Brasil é signatário do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), o qual assegura que toda pessoa, cujos direitos e liberdades tenham sido violados, tem direito a um recurso efetivo, mesmo quando a violação tenha sido cometida por agentes no exercício de funções oficiais;
- Que o Brasil também é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica, 1969) ratificado em 25 de julho de 1972, comprometendo-se a respeitar e garantir o livre e pleno exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção, sem discriminação;
- Que o país ratificou em 24 de janeiro de 1992, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), ao aderir, o Brasil se comprometeu a adotar medidas para garantir o respeito e a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais previstos no pacto, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia, à participação na vida cultural e inclusive, à segurança.
- Que o Brasil é parte da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD – 1965/1968), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969, que impõe aos Estados a

obrigação de adotar medidas imediatas e eficazes para eliminar a discriminação racial em todas as suas manifestações, inclusive nas políticas e práticas de segurança pública;

- Que o Brasil ratificou a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1989) por meio do Decreto n. 40, de 15 de fevereiro de 1991, e que as operações estatais devem observar os princípios de proporcionalidade e necessidade no uso da força, prevenindo abusos e garantindo a responsabilização em casos de violações; cabe igualmente rememorar a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, a chamada Lei do Crime de Tortura.
- Que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura que todos são iguais perante a lei, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, fundamentos inegociáveis do Estado Democrático de Direito;
- Que a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), estabelecida pelo Decreto nº 4.886 de 2003, estabelece como dever do Estado combater as desigualdades raciais e promover condições equitativas de cidadania, especialmente em territórios e comunidades historicamente vulnerabilizadas;
- Que o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e o Plano Juventude Negra Viva destacam a urgência em enfrentar a letalidade policial e o extermínio da juventude negra, adotando políticas públicas de prevenção, valorização da vida e controle do uso da força estatal;
- Que, no âmbito estadual, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu artigo 144, estabelece como princípios da segurança pública a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, devendo tais ações observar os direitos e garantias fundamentais;
- Que o Estado brasileiro, ao reafirmar sua adesão a tratados internacionais de direitos humanos, assume o compromisso de garantir o respeito irrestrito à vida, à integridade e à dignidade das populações negras e periféricas, frequentemente as mais afetadas por operações policiais letais.
- Que a necropolítica, conceito articulado pelo intelectual *Achille Mbembe*, tem sido adotada como política de Estado para o extermínio e morte da população negra.

Diante do exposto, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial registra seu profundo pesar pelas vidas perdidas, pela dor dos familiares, pelos danos causados às comunidades atingidas e por todas as violações que estão ocorrendo durante essa operação.

O Conselho pede das autoridades competentes:

- a) A imediata abertura de investigação independente, imparcial e transparente sobre os fatos, com coleta de depoimentos das famílias das vítimas, perícias técnicas e ampla divulgação dos resultados, assegurando a devida responsabilização dos envolvidos;
- b) A prestação de contas pública sobre o planejamento, execução e supervisão da operação, incluindo critérios de uso da força, número de agentes mobilizados, identificação das áreas afetadas, registro do número de feridos e mortos, e as medidas adotadas para mitigar os impactos sobre civis e comunidades;
- c) O fornecimento urgente de apoio humanitário, psicológico, social e jurídico às famílias das vítimas e às comunidades atingidas, assegurando reparação pelos danos sofridos;
- d) O fortalecimento de políticas de segurança pública baseadas em inteligência, prevenção, articulação interinstitucional, controle social e respeito aos direitos humanos, priorizando a vida e a dignidade humana.

Compromete-se o CNPIR:

- I. Acompanhar e fiscalizar missão de escuta nos territórios atingidos;
- II. A manter diálogo com entidades da sociedade civil para propor recomendações e medidas estruturantes de prevenção à violência estatal;
- III. A contribuir com a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo institucional e à letalidade policial, em consonância com o Ministério da Igualdade Racial e demais órgãos do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Por fim, este Conselho Nacional reafirma que a segurança pública e a paz social dependem da ação legítima do Estado, mas igualmente do respeito irrestrito à dignidade humana e à vida. Nenhuma política de segurança pode se sustentar sobre o sofrimento e o extermínio da população particularmente negra e periférica. O respeito à vida, à justiça e à transparência não admite retrocessos.